

Seção VI MEIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL

6.3. Sócio-economia e Gestão Ambiental da APA de Cafuringa

Jorge Madeira Nogueira
Gustavo Souto Maior Salgado

PROTEÇÃO AMBIENTAL: QUEM PROTEGE QUEM DE QUEM?

O estabelecimento de áreas de proteção ambiental – APA – foi uma tentativa, consciente ou não, do gestor ambiental de efetivamente compatibilizar desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental. Buscou-se enfrentar o problema crônico que caracterizava (e continua caracterizando) a criação de áreas protegidas. Ao serem criadas, as áreas protegidas têm sido acompanhadas por conflitos com atividades localizadas em sua vizinhança. Esses conflitos têm ofuscado a significativa contribuição que as áreas protegidas dão para que a diversidade biológica seja protegida e conservada, para que ecossistemas únicos sejam mantidos e o patrimônio natural não seja deteriorado. Uma área de proteção ambiental busca compatibilizar conflitos entre desenvolvimento econômico e conservação do patrimônio natural, permitindo o seu uso restrito.

As APAs são muito extensas, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Seus objetivos básicos são proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Uma APA é constituída por terras públicas e privadas. Respeitando os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada (adaptado do Mapa Ambiental do DF - 2000). Ora, fica claro, então, que sendo uma dos componentes das “*unidades de uso sustentável*” do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)¹, as APAs exigem criatividade e eficácia do gestor ambiental.

Criatividade no sentido de estabelecimento de planos de manejo que permitam a exploração socioeconômica da área, sem sacrifício significativo da diversidade biológica que se busca proteger. O agente econômico precisa ser sensibilizado, motivado, estimulado e, muitas vezes, controlado na busca de atividades econômicas que lhe permitam crescimento da renda e do bem-estar, sem destruição da fauna e da flora locais. A diversidade biológica não será isolada da influência humana adversa, como é padrão nas “*unidades de proteção integral*”², mas conviverá diuturnamente com um poderoso predador, o ser humano. A eficácia do gestor ambiental, no caso de uma APA, dependerá de sua capacidade de criar, implementar e gerir projetos, programas e políticas ambientais, não apenas do seu poder de polícia, de coerção, de proibição.

Para uma região que conte com uma área de proteção ambiental, essa APA não poderá “ir bem”, apesar da socioeconomia regional “ir mal”. Só há uma alternativa: para a APA ter sucesso na proteção ambiental, o desenvolvimento econômico deve ser bem sucedido na proteção das aspirações sociais de níveis de renda e de bem-estar mais elevados. Ou ambos “vão bem” ou ambos “vão mal”. Eis aí a oportunidade de Economia e Ecologia se encontrarem na busca do sempre polêmico “desenvolvimento sustentável”. Sem dúvida, uma oportunidade única para transformar um conceito vazio, teórica e operacionalmente, em um objetivo concreto da intervenção pública e privada em assuntos ambientais.

Tudo isso que foi dito nos parágrafos anteriores é particularmente verdadeiro para a APA de Cafuringa³, situada no extremo noroeste do Distrito Federal. Nessa APA estão localizados alguns dos monumentos naturais mais belos do DF: o Poço Azul, a cachoeira de Mumunhas, o Morro da Pedreira, as cachoeiras do córrego Monjolo e a Ponte de Pedra, além de ricos recursos de fauna e flora. Caracteriza-se por relevo bastante acidentado e, em função da declividade acentuada e tipo de solo, há grandes suscetibilidades a processos erosivos. Por outro lado, como bem destaca Cardoso (2003, p. 98) “*percorrendo a região da APA de Cafuringa, é possível identificar os diferentes segmentos sociais representados pela ocupação humana nesta unidade de conservação (...) as áreas urbanizadas ou em processo de urbanização concentram-se na parte oriental, tanto no vale como no topo da Chapada da Contagem. Na parte ocidental, predominam as chácaras, os sítios e as fazendas, tanto no vale como no topo*”.

Como estará a saúde ambiental e a saúde socioeconômica da APA do Cafuringa em uma situação de uso urbano e

rural intensos? A avaliação da socioeconomia de uma área de proteção ambiental é, ao mesmo tempo, relevante e desafiadora. A absoluta escassez de estudos sobre “*unidades de uso sustentável*” transforma a análise de uma APA, da dimensão ambiental de Cafuringa, em contribuição significativa para o “estado-da-arte” prevaiente. Entretanto, essa análise precisa ser cuidadosa, pois o pesquisador fica sem uma tradição metodológica que lhe possa guiar a jornada.

Ao aceitarmos o desafio de elaboração deste capítulo, decidimos revisitar, inicialmente, a consolidada literatura especializada avaliando “*unidades de proteção integral*”, em particular, parques nacionais. Isto é realizado na segunda seção deste capítulo. Os gravíssimos problemas enfrentados por essas áreas protegidas, ao longo de sua história, servem de contraponto para a nossa análise da socioeconomia da APA de Cafuringa, desenvolvida na terceira parte do capítulo. Teoricamente, como já destacamos, “*unidades de uso sustentável*” foram criadas para suplantarem os problemas enfrentados pelas “*unidades de proteção integral*”. Se isso efetivamente estiver ocorrendo, o que será avaliado na última seção do capítulo, poderemos afirmar que se está alterando a percepção de quem protege a diversidade biológica, de quem atua na política ambiental brasileira.

APA: APRENDENDO COM ERROS HISTÓRICOS

Governos, em todo o mundo, incentivados por organizações internacionais dedicadas à conservação, têm respondido à perda de biodiversidade, destacando áreas com importância ecológica, para protegê-las contra a influência humana adversa. As áreas protegidas⁴ emergiram como uma solução global para as ameaças locais à biodiversidade. Em 1985, existiam cerca de 3.500 sítios protegidos, distribuídos em 136 países, cobrindo cerca de 423 milhões de hectares (Dixon & Sherman, 1990). Já em 1992, a quantidade de áreas protegidas em todo o mundo subiu para, aproximadamente, 8.000, abrangendo um território de quase 750 milhões de hectares, e representando 5,1% dos ecossistemas terrestres (Furze *et al.*, 1996). Em 1997, as áreas protegidas já somavam mais de 30.000 unidades, envolvendo uma parcela do globo terrestre de cerca de 13,2 milhões de km², área maior que a Índia e a China juntas⁵.

Como bem destaca Salgado (2000), as áreas protegidas contêm alguns dos cenários e paisagens mais espetaculares do planeta. Em algumas localidades, as atrações oferecidas pelas áreas protegidas se tornaram a pedra de toque para turismo e atividades recreativas. Contudo, turismo e recreação não são os únicos principais papéis da maior parte das áreas protegidas. A conservação da biodiversidade e o provimento de recursos naturais permitem que cientistas, educadores e a comunidade em geral encontrem material para suas pesquisas e satisfação de diversas necessidades. Qualquer que seja o papel desempenhado por essas áreas protegidas, é de suma importância o debate travado em torno da questão do desenvolvimento ou não dessas áreas. Devemos mantê-las em seu estado natural, ou próximo a este, ou devemos desenvolvê-las e explorá-las?

Especificamente, os parques nacionais e outras áreas protegidas equivalentes são, com frequência, descritos como “ilhas”. E essa é uma descrição bem adequada da forma como muitas das áreas protegidas têm sido geridas, como se fossem efetivamente “ilhas” isoladas do contexto regional socioeconômico e político em que se inserem (Zube, 1995; Freemuth, 1991). Atualmente é reconhecido que o modelo histórico de conservação da natureza, que constrói uma cerca – virtual ou real – em volta da área protegida para preservá-la da influência humana, afastando-a do contexto social, econômico, cultural, e mesmo ecológico em que se insere, tem gerado conflitos, assim como resistências locais, e argumenta-se ser social e ecologicamente contraproducente, e, em certos casos, nocivo à própria biodiversidade (Barzetti, 1993; Wells *et al.*, 1992).

Contraditoriamente, enquanto a quantidade de áreas protegidas implantadas teve um rápido crescimento, no mundo todo, especialmente em países em desenvolvimento, o significado de proteção tem mudado, principalmente porque as áreas não têm alcançado o sucesso previsto inicialmente, na manutenção da biodiversidade. As razões do insucesso incluem:

- débil apoio nacional – os benefícios numerosos advindos das áreas protegidas são, raramente, apreciados pela sociedade e, principalmente, pelos governos em geral, porque tais áreas são vistas mais como lugares de recreação “exótica”, ou de vida silvestre remota, do que como uma contribuição efetiva para o bem-estar nacional; a falta de apoio redundando em recursos de gestão insuficientes – humanos e financeiros (Lusigi, 1992);

- conflitos com a população local – a criação de uma área protegida, geralmente, requer a implantação de medidas restritivas em relação ao uso dos recursos existentes pela população local, em favor dos interesses da nação e das futuras gerações (Wells *et al.*, 1992), (Gurung, 1992);

- conflitos com outras agências governamentais – as agências responsáveis pelas áreas protegidas tendem a ser relativamente frágeis na estrutura governamental, sendo, assim, vulneráveis em relação a conflitos de políticas adotadas e a cortes orçamentários; as ameaças vêm, por exemplo, da área de transporte (tentativas de se construir estradas em áreas protegidas), de turismo (ao se atrair mais turistas do que a área suporta, sem que sejam degradados os recursos existentes), de saneamento (ao se tentar construir barragens), de desenvolvimento (ao se instalarem setores industriais e comerciais próximos às áreas), etc (McNeely, 1995);

- gestão limitada – ainda se considera que os maiores desafios de gestão em áreas protegidas são, primariamente, de cunho ecológico, e não social, econômico e político; assim, os administradores consideram seus problemas administrativos sob uma visão estreita, meramente preservacionista, tentando isolar a área do ambiente em que ela se insere, e não tendo uma visão mais ampla, envolvendo as áreas adjacentes e a sociedade local, entre outros setores (Zube, 1995; Freemuth, 1991);

- recursos insuficientes e não-seguros – a maior parte das áreas protegidas é financiada por recursos orçamentários do Tesouro; assim, por ser o setor ambiental dos menos prestigiados na divisão dos recursos orçamentários, é freqüente ver-se a diminuição dos recursos destinados à gestão das áreas protegidas (McNeely, 1995).

- conflitos com populações residentes – estima-se que a metade das áreas protegidas, no mundo todo e, possivelmente, 80% das que existem na América Latina, possuem populações residentes em seu interior (IUCN, 1996), situação essa que provoca muitos conflitos.

Todas essas razões apontadas são igualmente relevantes e têm recebido ampla atenção de estudiosos e pesquisadores interessados no assunto. Não obstante, o relacionamento entre gestores públicos e comunidades residentes dentro ou nas vizinhanças de áreas protegidas vem recebendo tratamento mais freqüente nas publicações especializadas. Há certo consenso de que tratar as comunidades locais como aliadas de fato e participantes da gestão de seus próprios recursos, decidindo sobre as metas de conservação e desenvolvimento, sem interferência externa, não tem sido objetivo de muitos dos programas de conservação e de administração de áreas protegidas.

A razão principal para esta relutância em envolver as comunidades no processo de gestão, por parte dos responsáveis pelos programas e gestão de áreas protegidas, é, aparentemente, o receio de que, uma vez habilitadas a tomar suas próprias decisões, as comunidades locais não irão tentar alcançar as metas de conservação. O receio é baseado na suposição de que existe uma diferença entre os interesses ambientais globais e os interesses ambientais locais, e um conflito entre essas duas posturas é inevitável. Esta suposição de um “interesse local hostil” origina-se do dualismo que existe no coração da conservação da natureza, que coloca a humanidade e a natureza em pólos opostos.

Esta visão dualística encoraja o público em geral a idolatrar o meio ambiente intocado e imaculado. Além disso, ela encoraja o protetor da conservação a conceber a conservação da natureza como um inevitável conflito entre o “humano” e o “não-humano” e, mais além, entre aqueles que valoram o “não-humano” e aqueles que não o fazem (Cronon, 1996). E, usualmente, aqueles que valoram o “não-humano” são retratados como urbanos, ricos, que fazem parte de uma elite educada e, em contrapartida, os que não valoram são identificados como os pertencentes às comunidades pobres.

Comunidades locais são, normalmente, vistas como ignorantes, inconscientes do valor da natureza, em seu estado original, e da necessidade global de protegê-la. Além disso, as comunidades locais também são vistas como portadoras de visão curta porque, na verdade, não têm interesse em conservar a biodiversidade se tal atitude requer uma visão além de suas necessidades imediatas (Braatz, 1992). Cria-se o mito de comunidades locais “inconscientes” e “desinteressadas”, que se opõem à conservação porque não entendem e nem valoram a natureza. Desse modo, justifica-se o modelo centralizador e paternalista, geralmente empregado pelas agências governamentais e organizações ambientalistas, ao redor do mundo.

Dessa forma, não se poderia esperar que comunidades locais conservassem a natureza, já que necessitariam primeiro ser educadas, convencidas e instruídas a conservar. Infelizmente, esse modelo faz muito pouco em relação à solução de conflitos locais. Ele falha em não tratar as pessoas, em geral, como legítimas tomadoras de decisão, com percepções valiosas e direitos prioritários, fazendo com que, em consequência, os conservacionistas transformem situações potencialmente vencedoras em perdedoras, mantendo os conflitos sem solução.

Isto se deve, em grande parte, à falta de informação sobre os benefícios do desenvolvimento a longo prazo de áreas protegidas, e também à falta de aplicação e consideração de metodologias apropriadas que sirvam para avaliar todos

os benefícios que as áreas protegidas proporcionam à sociedade (IUCN, 1998). Pelo fato de os benefícios não serem bem definidos, e geralmente subestimados, eles não têm servido para se contrapor aos custos imediatos, associados com a implantação e manutenção das áreas protegidas. O comportamento da administração pública, geralmente, tem sido o de levar em conta o custo de oportunidade, ao não desenvolverem as terras para outros fins, e o custo do manejo, da manutenção e da infra-estrutura. A conclusão a que, geralmente, se chega é que os custos são elevados em face dos benefícios incertos que se podem obter (IUCN, 1998).

Essa visão, aliada a outros fatores, como crescimento populacional intensivo, ocupação desordenada do solo, usos conflitantes do solo, desemprego, políticas de manejo de recursos naturais distorcidas e informação inadequada, contribui para a ocorrência de uma série de ameaças. Ameaças não só internas, relativas à gestão, mas principalmente externas, que colocam um grau de incerteza significativo em relação à sua sobrevivência e quanto ao cumprimento das finalidades para as quais foi criado. Raramente percebe-se que os comportamentos que afetam a manutenção da diversidade biológica podem ser alterados, providenciando-se novas abordagens para a conservação, que alterem a percepção das pessoas, em relação a qual conduta é a de seu interesse próprio. Como os interesses são, constantemente, definidos em termos econômicos, a conservação também necessita ser promovida por meio de incentivos econômicos (McNeely *et al.*, 1995).

Ademais, toda essa situação agrava-se quando se sabe que os benefícios econômicos, advindos das áreas protegidas, embora sejam difíceis de medir e variem de sítio para sítio, são limitados, na escala local, aumentam no nível regional e nacional, e são potencialmente substanciais, na escala global. Por outro lado, os custos econômicos das áreas protegidas seguem uma tendência oposta, sendo significantes do ponto de vista local, e pequenos, pensando-se globalmente (Wells, 1992). Estudos ⁶ indicam que as áreas protegidas são, muitas vezes, entidades que podem gerar rendimentos significativos, e assim contribuir de forma importante para as economias locais. A questão é se identificar os bens e serviços, ou produtos, que as áreas protegidas oferecem, e que são adequados para a obtenção de renda para elas. Com uma administração apropriada, o produto em “oferta” pode ser vendido continuamente, sem que se diminua o valor respectivo, e a renda pode ser utilizada para a manutenção da área protegida.

Alternativas inovadoras, em relação às fontes tradicionais de manutenção das áreas protegidas, passaram a ser buscadas para assegurar sua viabilidade e existência, no longo prazo. Essa percepção levou a uma mudança no significado de conservação. A noção de proteção da natureza deixou de ser apenas proteção “contra” (por exemplo, o desenvolvimento desenfreado e a pressão humana), buscando também a proteção “a favor” (por exemplo, da conservação da biodiversidade, do turismo, do aumento do desenvolvimento humano local em bases sustentáveis). Atualmente, reconhece-se que a aprovação e o apoio da comunidade local são especialmente importantes para a segurança das áreas protegidas. Assim, a comunidade local, ao invés de ser excluída do processo de conservação, deve na verdade é nele ser introduzida (Nepal & Weber, 1995; Fiallo & Jacobson, 1995).

Essa abordagem sugere que o objetivo dos administradores de sistemas de áreas protegidas deve ser o de incrementar o valor delas, maximizando os seus benefícios e a quantidade de pessoas que podem ser beneficiadas – sem causar danos ecológicos e com o mínimo custo possível (Munro, 1995). Tal mudança reflete-se, por exemplo, na Declaração da IUCN – *Imperatives for Protected Areas* –, na qual se convoca toda a comunidade envolvida com áreas protegidas, no mundo, a demonstrar que elas contribuem para as economias locais e para o bem-estar humano, e que é necessário o estabelecimento de parcerias e de cooperação com todos os interessados e interventores que têm relações com elas ⁷.

Desde que essa postura vem sendo disseminada, o pensamento conservacionista tem rejeitado largamente as políticas puramente preservacionistas e tem abraçado o conceito de “desenvolvimento sustentável”, o qual encoraja a utilização dos recursos naturais para gerar renda local e a inclusão da sociedade local no planejamento e na administração das áreas protegidas, fazendo a conservação mais aceitável para ela (Munasinghe & McNeely, 1994). Com essa perspectiva, a conservação da natureza é vista como uma forma de desenvolvimento econômico, baseado no uso racional dos recursos (McNeely *et al.*, 1995).

APA DE CAFURINGA: INCORPORANDO A SÓCIOECONOMIA NA GESTÃO AMBIENTAL?

Em abrangente estudo, Cardoso (2003) destaca a diversidade das atividades humanas existentes atualmente, na área da APA de Cafuringa, resumidas no Capítulo de Uso e Ocupação do Solo. Fica evidente que a socioeconomia da APA do Cafuringa apresenta elevado grau de complexidade e de heterogeneidade. Qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável deve reconhecer que o potencial diferenciado de impacto, de cada uma dessas

atividades, reduz a eficácia de qualquer ação uniforme, visando a mitigá-los. Será que a socioeconomia local “vai bem”, para que a proteção ambiental possa “ir bem” também?

Uma primeira preocupação relaciona-se com a impressionante velocidade da ocupação humana da área da APA de Cafuringa. O rápido e desordenado adensamento populacional ao redor de Sobradinho, uma das regiões que tiveram maior crescimento populacional, desde 1996, segundo dados do Censo 2000 do IBGE⁸, já produziu conseqüências, como a impermeabilização do solo, provocada pelas construções e pela pavimentação das ruas, e erosão.

Essa preocupação aumenta com a análise dos resultados de Cardoso (2003, p. 101): “*na região do Grande Colorado, toda a água consumida é fornecida por bombeamento de poços profundos e não existem redes de esgoto e de águas pluviais nas áreas públicas. Todo o esgoto é parcialmente tratado por fossas sépticas e lançado no solo. O lixo é coletado internamente, por cada condomínio, e disposto em vias públicas para o recolhimento por caminhões de lixo da Belacap (antigo SLU).*”

A contaminação da água é uma das maiores ameaças ambientais desse crescimento acelerado do adensamento humano. As fossas sépticas construídas pelas comunidades que moram dentro da APA de Cafuringa, na Região Administrativa de Sobradinho, por exemplo, segundo se tem noticiado ultimamente, contaminaram o lençol freático de onde os moradores retiram a água que consomem. Os poços artesianos construídos pelas comunidades, muitas vezes sem autorização dos órgãos ambientais, segundo medições feitas por especialistas da Universidade de Brasília – UnB, estão reduzindo rapidamente o nível das águas subterrâneas, em vários pontos do Distrito Federal. Conforme tais medições detectaram, na região de São Sebastião, onde há dezenas de condomínios, em cinco anos, o lençol freático baixou quase quatro metros. É provável que essa situação esteja se repetindo na APA de Cafuringa⁹.

As atividades produtivas desenvolvidas por essas pessoas também têm potencial degradador do capital natural. No meio rural, é generalizada a captação de água em cursos d’água e em poços artesianos. Já os esgotos domésticos são lançados em fossas comuns ou, minoritariamente, em fossas sépticas. As hortas caseiras para subsistência, incluindo as folhosas e tubérculos, frutíferas, milho, mandioca, banana e guariroba, representam a atividade agrícola mais praticada na região. É encontrada, por outro lado, a pecuária, principalmente com bovinos de corte e de leite, havendo, também, a avicultura para abate, a criação de muares e eqüinos, além de animais de pequeno porte, como coelhos, caprinos, ovinos e abelhas (Cardoso (2003)p. 105).

O quadro nas atividades urbanas não é muito distinto. A maioria também capta água de nascente ou de poço tubular profundo. Poucas têm rede de esgoto instalada. As atividades industriais têm como destaque uma usina de asfalto e duas fábricas de pré-moldado. Quanto às atividades do setor terciário, elas se concentram em provimento das necessidades de comércio e de serviços da população residente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVO RÓTULO, VELHA GARRAFA OU VELHO RÓTULO, NOVA GARRAFA?

Durante mais de um século, os defensores da conservação da diversidade biológica defenderam o afastamento do ser humano das áreas de conservação ou de preservação. Eles acreditavam que essa seria a única estratégia capaz de conter a volúpia destruidora do ser humano e de conservar parcelas do capital natural para uso das futuras gerações. Essa estratégia tem experimentado poucos sucessos e muitos fracassos, forçando o repensar do conceito e da prática de “áreas protegidas”. A área de proteção ambiental surge com uma alternativa, buscando compatibilizar metas de desenvolvimento econômico com metas ambientais, incorporando a atividade humana ao processo de conservação da diversidade biológica.

Reformulou-se o modelo de conservação, mas pouco foi feito para aparelhar o gestor ambiental com instrumentos de intervenção mais compatíveis com esse novo modelo. As “*unidades de uso sustentável*” são pensadas como se fossem “*unidades de proteção integral*”. Instrumentos clássicos de intervenção para implementar essas últimas – proibição e coerção – são “adaptados” para minimizar as dificuldades inerentes às “*unidades de uso sustentável*”. Por exemplo, pensa-se o zoneamento não como uma primeira e limitada etapa na busca de projetos, programas e políticas de desenvolvimento sustentável, mas como um freio, uma maneira de coibir os efeitos deletérios da ação humana.

A socioeconomia da APA de Cafuringa, no Distrito Federal, é um excelente exemplo da necessidade de mudanças mais profundas na ação pública para a conservação da diversidade biológica.

Por ocasião da criação da APA de Cafuringa (Decreto nº 11.123, de 10/06/88, alterado pelo Decreto nº 11.251, de 13/09/88), o poder público já contemplava o estabelecimento de Zona de Vida Silvestre, onde não se permitiria a exploração humana, a não ser a utilização para realização de estudos e pesquisas, e de Zona Tampão, onde seriam permitidas atividades, desde que não prejudicassem os ecossistemas. Também exigia-se o zoneamento ambiental e o plano de manejo dessa APA, com prazo fixado para suas conclusões, em dezembro de 1988.

Notas de Rodapé

1. A criação de Unidades de Conservação (UC) é um instrumento de gestão e planejamento estabelecido pela Lei 6938/81, posteriormente referendado pela Constituição Federal de 1988. As UCs são espaços territoriais protegidos, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção, de acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
2. O SNUC classifica as UCs em dois grupos básicos, com características específicas: – **Unidades de Proteção Integral** – cujo objetivo é preservar a natureza, possibilitando o uso indireto dos seus recursos naturais, guardadas as exceções previstas na lei. Pertencem a este grupo as seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. – **Unidades de Uso Sustentável** – cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto, porém sustentável, dos seus recursos naturais. Fazem parte desse grupo as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
3. A APA do Cafuringa foi criada pelo Decreto nº 11.123, de 10.06.88, alterado pelo Decreto nº 11.251, de 13.09.88, localiza-se nas Regiões Administrativas de Brazlândia (RA IV) e Sobradinho (RA V), englobando parte da Chapada da Contagem e da região recortada por drenagens naturais pertencentes à Bacia do Maranhão. A cidade de Sobradinho foi fundada em 13 de maio de 1960 e a de Brazlândia, em 5 de junho de 1933. São Regiões Administrativas desde 10 de dezembro de 1964. Algumas das informações estatísticas aqui apresentadas são correspondentes às duas regiões administrativas mencionadas.
4. A International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) define “área protegida” como uma superfície de terra ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados (Green *et al.*, 1999).
5. Dados da Declaração obtida no Simpósio “Protected Areas in the 21st Century: From Islands to Networks”, que ocorreu em Albany, Austrália, de 24 a 29 de novembro de 1997.
6. Segundo dados da IUCN (1998), no Canadá espera-se contribuir com 6,5 bilhões de dólares canadenses, no Produto Interno Bruto, com os gastos de participantes em atividades relacionadas com áreas protegidas, sustentando 159.000 postos de trabalho; a Austrália recebe mais de 2 bilhões de dólares australianos em gastos feitos em oito parques nacionais, com custos governamentais de cerca de 60 milhões de dólares; na Costa Rica, aproximadamente 12 milhões de dólares são gastos anualmente na manutenção dos parques nacionais, mas os gastos de cerca de 500.000 visitantes em 1991 foram maiores do que 330 milhões de dólares, e o turismo gerado a partir dos parques é a segunda maior indústria no país.
7. A Declaração foi feita no Simpósio “Protected Areas in the 21st Century: From Islands to Networks”, que ocorreu em Albany, Austrália, de 24 a 29 de novembro de 1997, e convoca todos os envolvidos com áreas protegidas no mundo a: “Rethink: We need to place protected areas in their broader context so as to demonstrate that they contribute to local economies and human welfare as integral components of a productive and secure environment. We need to ensure that our sites are selected and managed primarily for their biodiversity and

ecosystem service values, while considering the livelihoods of the communities dependent upon them. We need to develop ways of working with land managers in areas surrounding protected areas. Our communication strategies need to cover this new image; Reorient: We need to expand on our principal role of establishing and managing protected areas by emphasizing the bioregional approach, and working for the compatible management of surrounding areas. We need to connect them with nature-friendly corridors to form a conservation matrix using a range of protected areas types. Respond: We need to respond to global concerns about issues such as biodiversity, climate change, desertification, international waters and peace, and emphasise the role protected areas can play in addressing these. Reach out: We need to establish partnerships and encourage co-operation with neighbours and other stakeholders, promote stewardship, enhance the use of relevant information, and strengthen the policies and other instruments which support protected areas objectives."

8. "Considerando o número de pessoas por família, identificado pelo IBGE, no Censo 2000, que varia entre 3,46 para o Distrito Federal, 3,52 para Sobradinho e 3,58 para Brazlândia, pode-se estimar a população da APA em 18.981 habitantes, adotando-se a média de 3,58 membros por família, o que reflete melhor a realidade rural da região. Entretanto, se considerarmos o número da CODEPLAN, que estima em 4,5 pessoas por domicílio (e não por família), no Distrito Federal, chegaremos à estimativa de 23.859 habitantes residindo atualmente na APA de Cafuringa." [Castro, Nascimento Junior e Braga Netto, (2003)]

9. "No Núcleo Rural Lago Oeste - NRLO está concentrado o maior número de poços tubulares profundos instalados na APA de Cafuringa. Os grupos organizados como Associação de Produtores do Lago Oeste - ASPROESTE, a Organização Não Governamental - ONG Ambiental de Cafuringa e os órgãos de governo, tanto distrital quanto federal, não conseguiram planejar o uso racional da água na região. Dos entrevistados, no NRLO, 57% declararam utilizar água de poço raso (cisterna) e 43% de poço tubular profundo; 50% possuem fossa séptica e a outra metade fossa comum ..." (Cardoso e Braga Netto, 2003, p. 102).

[Voltar para o começo da página](#)

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SEMARH
SBS - Quadra 02, Bloco L - Edifício Lino Martins Pinto
Brasília/D.F. CEP: 70.070-120
© Todos os direitos reservados
www.semarh.df.gov.br